

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 24. O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é constituído por 07 (sete) membros, pessoas naturais membros com relevante competência e experiência, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas e formado por: I – 01 (um) representante do Acionista Majoritário; II – 01 (um) representante dos Acionistas Minoritários; III – 01 (um) membro independente; IV – 04 (quatro) membros de livre escolha da Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro – O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos presentes na Assembleia Geral que inaugura cada mandato. Parágrafo Segundo – O Presidente do Conselho será substituído em suas ausências e impedimentos temporários por quaisquer dos Conselheiros, bastando a indicação do substituto ao início da reunião.

Art. 25. O Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, ordinária e obrigatoriamente e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, por seu substituto, na forma prevista no Parágrafo Segundo do art. 24 deste Estatuto Social. Parágrafo Único – O Conselho de Administração reunir-se-á, na sede da AD Diper, sempre que os assuntos de sua competência o exigir, decidindo sempre por maioria simples de votos dos presentes e cabendo ao seu Presidente, além do voto pessoal o de qualidade, quando necessário.

Art. 26. O Presidente do Conselho ou a maioria simples dos conselheiros poderá convocar as Assembleias Gerais.

Art. 27. Ocorrendo vacância de qualquer dos Conselheiros os demais nomearão o substituto até a próxima Assembleia Geral, se a vacância ocorrer na maioria dos cargos será convocada, pelos Conselheiros remanescentes, uma Assembleia Geral para proceder à nova eleição. Parágrafo Primeiro – No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral. Parágrafo Segundo – O substituto nomeado ou eleito para preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído.

Art. 28. Compete ao Conselho de Administração decidir, com base na Lei das Sociedades por Ações e respeitados os dispositivos legais, estatutários, regimentais e as decisões das Assembleias, sobre assuntos que julgar convenientes à boa administração da AD Diper, dentre os quais: I. fixar a orientação geral dos negócios da AD Diper; II. eleger e destituir os Diretores da AD Diper e o Superintendente Jurídico e fixar-lhes as remunerações e atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto; III. fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da AD Diper, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV convocar as Assembleias Gerais quando julgar conveniente, através

de seu Presidente ou pela maioria de seus membros; V. manifestar-se sobre relatórios de administração e as contas da Diretoria; VI. manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando este Estatuto assim o exigir; VII. autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; VIII. escolher e destituir os auditores independentes, observadas as normas que regem as contratações nas empresas públicas e sociedades de economia mista; IX. manifestar-se sobre o aumento do quantitativo de pessoal próprio, a concessão de benefícios e vantagens, a revisão de planos de cargos, salários e carreiras, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso; X. aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos; XI. propor limites máximos de dispêndios globais a serem realizados semestralmente, tendo em vista a disponibilidade do orçamento, a capacidade de endividamento do Estado e a geração de recursos pela AD Diper; XII. propor controle do endividamento interno e externo, inclusive através do Mercado de Capitais; XIII. opinar previamente sobre toda e qualquer operação de crédito ou financiamento em que seja contratante a empresa pública ou sociedade de economia mista; XIV. exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelas Assembleias, bem como decidir sobre os casos omissos; XV. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a AD Diper, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, inclusive, com a elaboração e divulgação de Código de Conduta e Integridade; e XVI. Aprovar patrocínios acima do valor de alçada previsto no Regulamento de Contratações da AD DIPER, respeitado o limite de 2% (dois por cento) conforme o parágrafo 1º, do art. 93, da Lei Federal nº 13.303/2016; e XVII. aprovar o Regimento Interno da AD Diper, submetido pela Diretoria, que definirá as atribuições, organização e competência de funcionamento e operacionalização desta estatal.

Art. 29. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.